

# CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

(LEI 8.137/90)

CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
<p>Art. 1º: É crime contra a ordem tributária <b>suprimir</b> ou <b>reduzir tributo</b> mediante as seguintes condutas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Omitir informações/prestar declaração falsa à Fazenda</li> <li>• Fraudar a fiscalização tributária</li> <li>• Falsificar/alterar documento relativo à operação tributária</li> <li>• Elaborar, distribuir, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber (dolo eventual) falso ou inexato</li> <li>• Negar/deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou equivalente relativo à venda de mercadorias/serviços ou fornecê-la em desacordo com a legislação</li> </ul> <p>➡ Também caracteriza essa infração a falta de atendimento da exigência da autoridade no prazo de 10 dias</p>	<p>Reclusão (2 a 5 anos) e multa</p>	<p>Não é crime <b>suprimir</b> ou <b>reduzir tributo</b> mediante outras condutas.</p> <p>É crime de <b>ação múltipla</b>. (várias condutas possíveis)</p> <p><b>Sujeito ativo</b>: contribuinte ou responsável</p> <p><b>Várias condutas</b>, mas quanto a um <b>mesmo</b> tributo ou acessório: <b>crime único</b>.</p> <p>Uma conduta (ou mais) quanto a <b>vários tributos</b>: pluralidade de crimes</p> <p>É crime <b>material</b>, salvo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- falta de atendimento da exigência da autoridade no prazo de 10 dias (<b>crime formal</b>)</li> <li>- Negar/deixar de fornecer nota fiscal da venda de mercadorias/serviços, ou fornecê-la em desacordo com a legislação (<b>crime formal</b>)</li> </ul> <p><u>Súmula Vinculante nº 24</u>: é necessário o <b>lançamento definitivo</b> do tributo para que seja consumado o crime.</p> <p>O fato de o <b>crédito</b> tributário estar <b>prescrito não</b> influencia na ação penal.</p>

# crimes contra a ordem tributária

(LEI 8.137/90)

CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
<p>Art. 2º: É crime contra a ordem tributária:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer declaração falsa ou omitir declaração <b>para eximir-se</b> total/parcialmente do pagamento de tributo</li> <li>Deixar de recolher total/parcialmente tributo ou contribuição social <b>descontado</b> ou <b>cobrado</b> que deveria recolher</li> <li>Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte, percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou contribuição como <b>incentivo fiscal</b>.</li> <li>Deixar de aplicar ou aplicar em desacordo o estatuído:               <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivos fiscais</li> <li>Parcelas de imposto liberadas por órgão/entidade de desenvolvimento</li> </ul> </li> <li>Utilizar/divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo possuir <b>informação contábil</b> diversa daquela por lei fornecida à Fazenda</li> </ul>	<p>Detenção (6 meses a 2 anos) e multa</p>	<p>É <b>menos gravoso</b> que o anterior (Infração de menor potencial ofensivo)</p> <p>Crimes <b>formais</b> (Doutrina majoritária)</p> <p>O <b>resultado é irrelevante</b> para a consumação do delito.</p> <p><b>Sujeito ativo:</b> contribuinte ou responsável.</p>

# crimes contra a ordem tributária

(LEI 8.137/90)

CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
<p>Art. 3º: É crime <b>funcional</b> contra a ordem tributária:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Extraviar, sonegar ou inutilizar processo fiscal, livro oficial ou documento de que tenha guarda em razão da função, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo (Resultado necessário)</li> </ul>	<p>Reclusão (3 a 8 anos) e multa</p>	<p>É crime <b>funcional</b> (Por funcionário público no exercício de sua função)</p>
<p>Exigir, solicitar ou receber <b>vantagem indevida</b>, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela; ou aceitar promessa de tal vantagem <b>para deixar de lançar/cobrar tributo, ou cobrá-lo parcialmente</b>.</p>	<p>Reclusão (3 a 8 anos) e multa</p>	<p>É crime <b>funcional</b> (Por funcionário público no exercício de sua função) Especial fim de agir</p>
<p>Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a <b>Administração Fazendária</b>, valendo-se da qualidade de funcionário</p>	<p>Reclusão (1 a 4 anos) e multa</p>	<p>É crime <b>funcional</b> (Por funcionário público no exercício de sua função) Modalidade especial de <b>advocacia administrativa</b> É irrelevante o sucesso da conduta</p>